

O Consenso de Washington sob o viés do Grupo Modernidade/Colonialidade

AUTOR: Luís Gustavo Teixeira da Silva¹
- Debate o discusión em teoria social
GT 17 – Pensamiento Latinoamericano

Resumo:

O termo “Consenso de Washington” ganhou força, ao representar um conjunto de dez (10) medidas/reformas a serem aplicadas pelas economias do “Terceiro Mundo”, com o intuito de saírem do quadro de estagnação econômica, e conseguirem cooperação financeira internacional entre os anos oitenta e noventa. O objetivo principal deste artigo não é discutir os pontos elencados pela literatura econômica e política, antes, este texto se propõe a lançar uma possibilidade explicativa para os desdobramentos do Consenso de Washington, sob o enfoque da produção do grupo Modernidade/Colonialidade. Sendo assim, apresentar-se-á duas possibilidades explicativas para o consenso de Washington, a primeira versa sobre a lógica do colonialidade do poder que envolve relações internacionais de colonialismo e de colonialidade entre o centro e periferia do mundo; e uma segunda que se refere à dinâmica do colonialismo interno nas relações de dominação intra-continente latino-americano.

Palavras – chave: Consenso de Washington, colonialidade, colonialismo, sistema-mundo.

Resumen:

El término "Consenso de Washington" ha cobrado fuerza en la representación de un conjunto de diez (10) Medidas / reformas a ser implementadas por las economías del "Tercer Mundo", con el fin de dejar el marco de estancamiento económico, y lograr la cooperación financiera internacional entre los años ochenta y noventa. El principal objetivo de este artículo no es discutir los puntos que figuran en la literatura económica y política, antes, este texto propone poner en marcha una posible explicación para el desarrollo del Consenso de Washington, con un enfoque en la producción del grupo modernidad / colonialidad. Por lo tanto, se presentarán dos posibles explicaciones para el consenso de Washington, la primera trata de la lógica de la colonialidad del poder que implica las relaciones internacionales del colonialismo y colonialidad entre el centro y la periferia del mundo, y una segunda que se refiere la dinámica del colonialismo interno en las relaciones de dominación intracontinente latinoamericano.

Palabras - clave: Consenso de Washington, colonialidad, colonialismo, sistema mundo.

Introdução

Poucos temas chamaram tanto a atenção dos especialistas nos anos noventa (90), nas áreas de economia, política e sociologia, bem como a atores da sociedade civil, sindicatos e partidos políticos, como o Consenso de Washington. Este termo fora cunhado pelo economista Senior Fellow do Institute for International Economics John Williamson, em conferências realizadas nos anos de 1989 e 1990 em Washington (EUA), onde estiveram presentes intelectuais latino-americanos, representantes do Banco

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política PPGCPOL – Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: gustavomanzke@yahoo.com.br

Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Congresso americano. Com o intuito de discutir os problemas inerentes às economias latino-americanas (Esteves, 2008). O termo “Consenso de Washington” ganhou força, ao representar um conjunto de dez (10) medidas/reformas a serem aplicadas pelas economias do terceiro mundo, com o intuito de saírem do quadro de estagnação econômica, e conseguirem cooperação financeira internacional (Batista, 1994).

Ao adentrar nessa discussão, é possível perceber uma miríade de interpretações sobre este projeto. Dessa forma, constata-se desde abordagens críticas sobre os desdobramentos do consenso de Washington para a soberania das economias latino-americanas (Batista, 1994; Veríssimo, Miranda e Miranda, 2008; Esteves, 2008). Até aquelas que ponderam os saldos positivos que uma adoção em bloco das medidas poderia proporcionar, salientando a necessidade de adotar-se algumas e lançar mão de outras (Bresser-Pereira, 1991; Malan, 1991). Além de explicações que buscam problematizar a própria natureza e o verdadeiro impacto do evento, buscando desconstruir visões que o interpretam como um conjunto de medidas/reformas impostas do Norte para o Sul global (Naím, 2008; Willianson, 2003).

Está claro que o objetivo principal deste artigo não é discutir os pontos elencados pela literatura econômica e política, tais como as abordagens anteriores. Antes, este texto propõe lançar uma outra possibilidade explicativa para os desdobramentos do consenso de Washington, sob o enfoque da produção do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). Sendo este acontecimento o mais amplo conjunto de medidas e interferência estrangeira no continente latino-americano desde o fim das administrações coloniais (Batista, 1994), daí resulta o interesse em debatê-lo sob o projeto de pesquisa do grupo M/G. Para isso, apresentamos duas seções, uma para explicar e descrever o momento histórico em que se situa este evento, o que ele representa e a gama de discussões que ele estimula. E em outra seção, é realizado um esboço da trajetória acadêmica e epistemológica do Grupo Modernidade/Colonialidade, a fim de aludir as principais influências e dissidências teóricas destes intelectuais no cenário acadêmico. De igual maneira, apresentar as principais inovações analíticas que vem ganhando relevância nas interpretações sobre os fenômenos sociais na América Latina.

Assim, as duas últimas seções dedicam-se a apresentar vertentes dessa temática (Consenso de Washington) frequentemente ignoradas por abordagens do *mainstream*, por não serem referentes aos atores comumente envolvidos nas negociações de Estado e mercado na América Latina desde a sua fundação, isto é, os subalternos de nosso continente. Sendo assim, apresentar-se-á duas possibilidades explicativas para o consenso de Washington, a primeira versa sobre a lógica do colonialidade do poder (Quijano, 2005) que envolve relações internacionais de colonialismo e de colonialidade entre o centro e periferia do mundo; e uma segunda que se refere à dinâmica do colonialismo interno (Casanova, 2006) nas relações de dominação intra-continente latino-americano.

Consenso de Washington: conjuntura, atores e desdobramentos

O consenso de Washington emerge no contexto de crise do estado de bem estar social (*Welfare State*) inspirado nas ideias do economista britânico John Keynes. De acordo com a perspectiva do referido economista, os principais equívocos do sistema capitalista estariam sob a impotência em alcançar o pleno emprego e a distribuição equitativa da renda. Keynes identifica o intervencionismo estatal na economia (por intermédio de políticas fiscais e monetárias), como medida para garantir o funcionamento do sistema capitalista e das livres forças do mercado, bem como para aparar suas imperfeições (Omar, 2001). Neste cenário, ganham força as teorias monetaristas sob o pensamento dos economistas Milton Friedman e Friedrich Hayek, que de maneira distinta ao keynesianismo, postulam a necessidade de diminuição do estado como fiscalizador e promotor do desenvolvimento econômico e social. Ao Estado consistiria apenas o dever de oferecer serviços de retaguarda (saúde, educação, infraestrutura) ao livre funcionamento das forças produtivas (Omar, 2001).

É salutar mencionar, que o período entre os anos setenta e oitenta demarca a consolidação de governos aplicados em implementar políticas públicas sob a perspectiva monetarista, a chamada onda neoliberal, simbolizada pelos governos Augusto Pinochet no Chile, Margareth Thatcher na Inglaterra, Ronald Reagan e George W. Bush nos Estados Unidos (Batista, 1994). Outro fator importante, diz respeito ao fim da União Soviética (URSS) com a queda do Muro de Berlim (1989), e, por conseguinte da bipolaridade de ideias que marcou a divisão política/econômica da Guerra Fria entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS). Nogueira Batista (1994), assim como Bresser-Pereira (1991), destacam que este último acontecimento fora crucial para conferir o grau de legitimidade do consenso de Washington, pelo fato da mensagem estar sendo enviada pela agora única força hegemônica no cenário internacional, que já havia implementado as políticas que estava recomendando aos países periféricos.

Na América Latina, os anos oitenta são chamados de “a década perdida” em termos de desenvolvimento econômico, e os motivos para este desencanto são conhecidos, ou seja, hiperinflação, máquinas públicas “pesadas” e inoperantes (Naím, 2008), e países altamente endividados como aponta o relatório anual de 1989 da CEPAL²:

“(…) após oito anos lutando para conseguir o ajustamento, a estabilidade, o crescimento e a reestruturação da produção, acometida por serviços da dívida externa e com pouco acesso a novos financiamentos externos, a maioria dos países da região continua a apresentar a mesma complexa síndrome de desequilíbrios estruturais, acompanhada de déficits fiscais, baixos níveis de investimento, estagnação e inflação. Em outras palavras, a crise econômica dos anos 80 ainda persiste na região e seus enormes custos sociais levaram, inclusive, a grandes manifestações de violência na primeira metade do ano. Estima-se que, ao final do ano, o produto per capita médio da região será quase 10% inferior ao de 1980” (Cepal, 1989 apud Malan, 1991 pp. 1).

Outrossim, o período na região é marcado pela transição de governos militares, para governos eleitos através do voto popular, com eleições livres e diretas e com seus respectivos candidatos oriundos de um sistema multipartidário. No caso brasileiro, asseveram-se características peculiares a este processo, Meneguello e Lamounier (1988) identificam o que comumente a literatura denomina de transição lenta, gradual e negociada. Portanto, houve alteração do marco legal com a inserção de instrumentos da democracia representativa, mas com a permanência de muitos atores provenientes da estrutura do regime autoritário.

É diante deste cenário que ocorre o chamado Consenso de Washington³, termo cunhado pelo economista Senior Fellow do Institute for International Economics John Williamson, em conferências realizadas nos anos de 1989 e 1990 em Washington - EUA. Onde estavam presentes pesquisadores latino-americanos (dentre eles, o brasileiro Mário Henrique Simonsen), representantes do Congresso e Executivo americano, da Reserva Federal (FED), Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco

² A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), foi criada no ano de 1948, por decisão da Assembleia Geral da Nações Unidas, inicialmente composta por 26 países, incluindo os países latino-americanos e de outros continentes como Europa e Ásia (dentre estes: França, Reino Unido, Itália, Espanha, Portugal, Alemanha e Japão). A proposta da organização, que representa um organismo da ONU (Organização das Nações Unidas) dentro da América Latina, com o intuito de promover uma integração econômica e alavancar o desenvolvimento na região, para alestrar o quadro de dependência da América Latina (Esteves, 2008).

³ Expressão utilizada pela primeira vez na publicação *Latin American Adjustment: How much has happened?*, publicada pelo Institute for International Economics, Washington, DC, 1990, autoria John Williamson. (Esteves, 2008)

Mundial, para discutir os problemas inerentes às economias latino-americanas (Esteves, 2008). O termo consenso de Washington ganhou força, ou como afirma Naím (2008) vida própria, ao representar um conjunto de dez (10) medidas/reformas a serem aplicadas pelas economias do “Terceiro Mundo”, com o intuito de saírem do quadro de estagnação econômica (Batista, 1994).

Segue abaixo, o conjunto das dez (10) medidas/reformas sugeridas as nações latino-americanas, pelo Consenso de Washington:

a) disciplina fiscal; b) mudança nas prioridades em relação às despesas públicas; c) reforma tributária; d) taxas de juros determinadas pelo mercado; e) taxa de câmbio determinada pelo mercado; f) comércio liberalizado e voltado para o exterior; g) os investimentos diretos deveriam sofrer restrições; h) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; i) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; j) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro. (Bresser - Pereira, 1991 pp. 6).

Desse modo, para Bresser-Pereira (1991) o consenso representa apenas um viés explicativo (dentre outros possíveis) sobre a natureza das crises no continente, especialmente destacando dois enfoques para superá-la: primeiramente, o excessivo tamanho das burocracias estatais, traduzido em protecionismo (modelo de substituição de importações), excesso de regulação e empresas estatais ineficientes; e em segundo lugar, o populismo econômico caracterizado pelos desequilíbrios no balanço de pagamentos, o que gera déficits públicos crônicos. O autor ainda coloca que as dez medidas normativas poderiam ser resumidas em um conjunto de dois blocos, ou seja, “as cinco primeiras refletem a preocupação na estabilização econômica através do ajuste fiscal e da adoção de políticas ortodoxas em que o mercado desempenhe o papel fundamental; e as cinco últimas resumidas por um estado fortemente reduzido” (Bresser-Pereira, 1991 pp.6).

O Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C): Origens, Programa de Pesquisa e reflexões silenciadas.

Yo diría que el norte es el poder, Y que el Sur es todo aquello que pelea contra lo injusto. Diría que el norte es el dinero, Y que el SUR a menudo, el hambre. Diría que el norte es el pasado, Y el Sur el porvenir. Que el norte es el miedo, Y que el Sur es la esperanza. Que el norte es la fuerza, Y el SUR es la astucia. Que el norte es la prisa Y el Sur la paciencia” (Joan Manuel Serrat, Espanha).

O grupo Modernidade/Colonialidade tem suas origens no Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, sendo composto por intelectuais latino-americanos como Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel, Edgardo Lander, Enrique Dussel, Arturo Escobar, Fernando Coronil, Immanuel Wallerstein (único norte-americano), dentre outros. Intelectuais estes, de áreas multidisciplinares como história, sociologia, linguística, antropologia, politologia, direito e filosofia, que se propõem a pensar os dilemas da história, composição social e as relações de poder na América Latina desde a sua “formação”. De fato, utilizar o conhecimento produzido por estes autores para discutir o consenso de Washington é pouco ortodoxo, não somente pela escassez de estoque de produção e aplicação de suas categorias, mas antes pela desestruturação no modo habitual de se pensar determinados temas. As categorias analíticas do grupo permitem pensar as características do sistema-mundo capitalista, não sobre o viés da economia ou da política como comumente, mas como afirma Quijano (2005) é possível refletir a influência do sistema-mundo nas raízes da formação de um pensamento racista na América Latina, por exemplo.

O projeto de pesquisa do grupo M/C é tributário de uma herança intelectual de pensamento que remonta diversas fontes, dentre as contribuições, a destacar as iniciativas de construção teórica na América Latina. Primeiramente, a teoria da dependência que se propunha a pensar modelos de desenvolvimento para a região, ademais de debates sobre a modernidade e a pós-modernidade. Em segundo lugar, a teologia da libertação construída a partir de um movimento dentro da Igreja Católica, na qual problematiza sob a ótica da fé, as injustiças sociais. Ambas tendo contribuído para debates filosóficos que impactaram as ciências sociais no continente entre os anos sessenta (60) e setenta (70), sendo a última (teologia da libertação) ainda presente em discussões como a Filosofia da Libertação de Enrique Dussel (Escobar, 2003).

Sendo assim, o passo para discutir as subalternidades ocorreu com o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, que de acordo com Ballestrín (2012) fora fundamental para o reposicionamento na produção do conhecimento dentro das universidades latino-americanas, a medida, que assim tornou-se possível a inclusão de temas oriundos da América Latina no debate pós-colonial. Destarte, o grupo Latino-americano dos Estudos Subalternos, inspirado sobretudo no Grupo Sul-asiático dos Estudos Subalternos, buscava discutir temas perenes nos anos noventa na América Latina, dentre estes, o desmantelamento dos regimes militares, a redemocratização e a conjugação da nova ordem econômica mundial (Neoliberalismo). Isto posto, com o objetivo de “reconceitualizar o pluralismo e as condições de subalternidade no interior de sociedades plurais” (Manifesto, 1998, pp.70).

No entanto, no ano de 1998 na Universidade de Duke localizada nos Estados Unidos da América, realizou-se o último encontro que aglutinava os pesquisadores do Grupo Latino-Americano de estudos subalternos. Este acontecimento representou a ruptura de intelectuais (que viria a se tornar o Grupo M/C) com os estudos culturais, subalternos (indianos e latino-americanos) e pós coloniais (Ballestrín, 2012). Conforme ressalta Grosfoguel (2008), a circunstância principal que motivou a dissidência do grupo é que tanto os “latino-americanistas”, assim como os representantes do pós-colonialismo, apesar de tentarem produzir conhecimento alternativo sobre temas como a exploração, diáspora e saberes silenciados. Estes reproduziam a lógica epistêmica das grandes disciplinas e escolas de pensamento situadas no Norte Global, com a utilização de autores ocidentais, sobretudo do pós-estruturalismo e da pós-modernidade (Ballestrín, 2012).

Segundo Grosfoguel (2008) tais tentativas traem seus objetivos, pois ao partirem de uma base epistêmica que visa silenciar cosmologias de pensamento que divergem do saber canônico euro-americano. Dessa forma, o objetivo do grupo se constituiu na necessidade de transcender, ou melhor, descolonizar categorias e saberes comumente utilizados para interpretar fenômenos provenientes do Sul-Global.

A crítica recorrente a construção de epistemologias oriundas do Norte-Global, não é meramente o resultado de um fundamentalismo radical, mas antes repousa na própria conceitualização das academias e escolas de pensamento em relação ao fenômeno modernidade. Assim, conforme explica Escobar (2003), autores como Habermas, Kant, Hegel, Giddens, Touraine, pensam a modernidade como um fenômeno essencialmente endógeno a Europa, resultante das reformas protestante, do Iluminismo e da Revolução Francesa, que conforme Foucault (1996) constituíram a episteme moderna da civilização ocidental. Ou segundo Jürgen Habermas, para quem a modernidade é fruto da racionalização do mundo da vida seguida da burocratização e complexificação dos aparelhos administrativos do Estado moderno, o que relega uma ordem social fundamentada no uso da razão.

De acordo com Grosfoguel (2008), Quijano (2005), Escobar (2003) e Ballestrín (2012), o grupo modernidade/colonialidade busca através da colonialidade, a explicação das origens da modernidade. Por tanto, a colonização e conquista da América seria o momento de criação do “outro”, que é diferente (inferior) a Europa. Arturo Escobar (2003), descreve com maestria o programa de pesquisa do grupo:

La conceptualización de la modernidad/colonialidad se ancla en una serie de operaciones que la distinguen de las teorías establecidas de la modernidad. 1) un énfasis en localizar los orígenes de la modernidad en la Conquista de América y el control del Atlántico después de 1492, antes que los más comúnmente aceptados mojones como la Ilustración o el final del siglo XVIII; 2) una atención persistente al colonialismo y al desarrollo del sistema mundial capitalista como constitutivos de la modernidad; esto incluye una determinación de no pasar por alto la economía y sus concomitantes formas de explotación; 3) en consecuencia, la adopción de una perspectiva planetaria en la explicación de la modernidad, en lugar de una visión de la modernidad como un fenómeno intra-europeo; 4) la identificación de la dominación de otros afuera del centro europeo como una necesaria dimensión de la modernidad, con la concomitante subalternización del conocimiento y las culturas de esos otros grupos; 5) una concepción del eurocentrismo como la forma de conocimiento de la modernidad/colonialidad —una representación hegemónica y modo de conocimiento que arguye su propia universalidad y que descansa en «una confusión entre una universalidad abstracta y el mundo concreto derivado de la posición europea como centro» (Escobar, 2003, Pp. 60).

Dessa forma, a tônica da reflexão sugere um deslocamento das origens da modernidade baseado na sequência linear entre Grécia, Império Romano, cristianismo e Europa Ocidental. Para uma concepção do universalismo europeu (Wallerstein, 2007) e do Ocidentalismo (Said, 2006 apud Grosfoguel, 2008), como elementos fundamentais na estruturação do sistema-mundo moderno/colonial. O desenvolvimento do programa de investigação do grupo, é complexo, laborioso e audacioso, uma vez que, visa desconstruir a genealogia do pensamento ocidental, e com isso “trocar as lentes” para ver o que a míopia dos pensadores ocidentais não enxergava.

O Consenso de Washinton sob o viés do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C).

Pero entre todos el ruin es el que trajo al ladrón; Ese no tiene perdón Si protege en sus ganancias, La decencia y la ignorância Del Pueblo ,son sus amores; No encuentra causas mejores para comprarse otra estancia. Ese sí, no es uruguayo, ni argentino, ni brasilero; Su pasión es el dinero porque es multinacional. Mentiroso universal desde que vino Hernandarias⁴, piensa en sus cuentas bancarias ponderando a los poetas; Que hacen con torpes recetas canciones estafalarias. Así pues, no habrá caminho que no recorramos juntos. Tratamos el mismo assunto uruguayos y argentinos, ecuatorianos, andinos, venezolanos, cuzqueños; Blancos, negros y indígenas Forjados en el trabajo. (Diez décimas de saludo al Pueblo argentino, Alfredo Zitarrosa, Uruguay)

A proposta de discutir o Consenso de Washington sobre esta abordagem, implica a desconstrução da própria matriz de conhecimento a que as abordagens tradicionais da economia e política se constroem. Por apresentar vertentes dessa temática frequentemente ignoradas, por não

⁴ Abreviação para Hernando Árias, primeiro *criollo* nascido nas Américas, paraguaio governador de Buenos Aires, viajava o sul do continente (Uruguai, Argentina e Paraguai) para descrever ao governo Espanhol as riquezas da região, e os possíveis investimentos e extração a serem realizados.

serem referentes aos atores comumente envolvidos nas negociações de Estado e mercado na América Latina, isto é, os subalternos de nosso continente. Dessa forma, como já dito anteriormente, apresentar-se-á duas possibilidades explicativas para o consenso de Washington, a primeira versa sobre a lógica do colonialidade do poder (Quijano, 2005) que envolve relações internacionais de colonialismo e de colonialidade entre o centro e periferia do mundo; e uma segunda que refere-se a dinâmica do colonialismo interno (Casanova, 2006) na relações intra-continente latino-americano.

O conceito de colonialidade do poder elaborado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano denota que as estruturas de dominação e sujeição oriundas do período colonial estão presentes em nosso cotidiano, mesmo levando em consideração a independência jurídico-política dos estados-nação constituídos. Coloca o autor, que saímos de um período marcado pelo colonialismo⁵, para um período denominado de colonialidade global em que o poder e a dominação do centro do sistema-mundo (EUA e União Europeia) mantêm as antigas hierarquias coloniais.

Consoante, Grosfoguel (2008) aborda que os estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da colonialidade global imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), do Pentágono e da OTAN. Em que as zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial. Wallerstein (2007) registra que assim como o consenso de Washington, a história do capitalismo mundial moderno configura-se na história da expansão dos povos europeus (civilizados, cristãos e democráticos), na assertiva de que possuem valores universais da ciência, economia, política e organização. E que os povos “bárbaros, pagãos, inferiores ou subdesenvolvidos” necessitam aderir a modelos para alcançar o nível de desenvolvimento “alcançado” pelo Norte Global. Realmente, diferentemente das estratégias utilizadas em tempos idos, tais como, a invasão, subjugação e escravização dos povos do Sul. O estratagema utilizado pelas potências mundiais no mundo pós-colonialismo discorrem sobre pacotes de ajuda, integração econômica desigual, tratados de livre comércio, tais como, o consenso de Washington, a ALCA e o NAFTA (Mignolo, 2007; Quijano, 2005; Grosfoguel, 2008; Wallerstein, 2007).

Tal interpretação estigmatizante das zonas periféricas, como a América Latina, é referendada por autores como Naím (2008) e Willianson (2003) ao afirmarem que o continente possui instituições inoperantes, inchadas do ponto de vista do contingente de empregados, corruptas, e chefiadas por lideranças populistas. Assim sendo, seria necessário romper com tais características “exóticas” que impedem o funcionamento operacional do estado, tal qual nos grandes centros. Dessa forma, precisariam diminuir e suprimir a atuação de empresas estatais e entregá-las ao mercado, que seria o ente competente para por em funcionamento “correto” os serviços que o estado não consegue atender de maneira eficiente (item oito (8 – empresas estatais deveriam ser privatizadas) do consenso de Washington). Sobre esta questão, Grosfoguel (2008) descreve que a rotulação destes continentes (periféricos) como “regiões com problemas” ou com “um atrasado no nível de desenvolvimento” dissimulou a responsabilidade europeia e norte-americana na exploração destes continentes. A caracterização de regiões “patológicas” na periferia, em contrariedade aos padrões “normais” de desenvolvimento do “Ocidente”, justificou uma intervenção política e econômica ainda mais intensa por parte das potências imperiais. A referência a estes como “subdesenvolvidos” e “atrasados”, justificou a exploração e a dominação, em nome da missão civilizadora, missão de levar as benesses da democracia ocidental, da organização do estado burocrático e do mercado. Este aspecto paternalista e superior em que se leva o “conhecimento”, o “civilizado”, é um dos aspectos cruciais da colonialidade do poder no sistema-mundo colonial/moderno (Quijano, 2005; Grosfoguel, 2008; Wallerstein, 2007).

Por conseguinte, ressalta-se que ademais das distinções, o padrão de dominação econômica/epistêmica repete sua fórmula elaborada e implementada a quinhentos anos (500) anos

⁵ Que configura a presença de administrações coloniais em diferentes regiões do mundo, e com isso a exploração simbólica e material de continentes inteiros.

atrás, e refletindo ainda hoje. O consenso de Washington nada mais faz que o reforçar do caráter colonialista de imposições vindas do Norte para o Sul, promovendo uma nova forma de sujeição das nações periféricas pela via do mercado (Veríssimo, Miranda e Miranda, 2008). Walter Mignolo (2007), sintetiza a ideia que o Norte Global possui da América Latina, o que ratifica o disposto até o momento.

A ideia global de América Latina explorada pelos estados imperiais da atualidade (Estados Unidos e os países da União Europeia) se constitui ao redor de uma noção de que o subcontinente é um território extenso, fonte de mão-de-obra barata, com abundantes recursos naturais e destinos turísticos exóticos com maravilhosas praias, uma região aprazível a investidores, viajantes e exportadores. Essa imagem se formou a partir da Guerra Fria, quando a América Latina passou a formar parte do terceiro mundo, e se converteu no principal lócus de implantação de modelos neoliberais. (Mignolo, 2007, pp. 118)

De maneira perpendicular, Mignolo (2007) problematiza o item nove (9- as atividades econômicas deveriam ser desreguladas) do consenso de Washington onde a partir da adoção de tal medida houve um intenso fluxo de multi e transnacionais para a América Latina. Para ampliar o sucesso da desregulamentação da atividade econômica na neste continente, países como o Brasil nos anos noventa (90) promoveram uma reestruturação produtiva sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que implicou na supressão e precarização de direitos e condições trabalhistas, como a terceirização. Isto com vistas, a tornar a mão-de-obra nacional competitiva, ou mais barata em relação aos demais países periféricos (Dal Molin, 2008). Na Argentina muitas empresas decidiram instalar-se no país, pois os salários médios anuais orbitavam sob os valores de US\$ 10 mil anuais, já nos E.U.A. pela mesma atividade profissional os salários chegavam a patamares de US\$ 50 a 60 mil anuais (Mignolo, 2007).

Esta questão aparentemente naturalizada e que passa por vezes desapercibida por interpretações tal qual Naím (2008) e Willianson (2003), é fulcral no argumento descolonial. Uma vez que, Wallerstein (2007) adverte que é parte constitutiva do sistema-mundo as relações desiguais entre centro e periferia, em virtude da divisão internacional do trabalho, pois as trocas entre as partes que compõem o sistema-mundo, isto é, centro, periferia e semi-periferia dialogam de forma desigual. Assim, o centro caracteriza-se por sua expansão tecnológica, e as outras partes fornecem à “metrópole” matérias-primas de origem agrícola e manufaturados e semi-manufaturados de baixo valor agregado e produzido com mão-de-obra barata (Wallerstein, 2007).

Segundo Grosfoguel (2008), a divisão internacional do trabalho em centro e periferia, na qual o capital organiza o trabalho na periferia de acordo com as necessidades do centro. Igualmente, reforça outro aspecto discutido pelo conceito de colonialidade do poder, que além de identificar o processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial. De maneira análoga, conjuga os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do “Terceiro Mundo” na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais (Grosfoguel 2008). Para Aníbal Quijano (2005) a ideia de raça e racismo é o princípio organizador das diferentes hierarquias que estruturam o sistema-mundo. Que se reflete na já discutida assertiva de povos superiores e inferiores, logo, na divisão internacional do trabalho as distintas formas de labor seriam distribuídas de acordo com a hierarquia racial, isto é, o trabalho insalubre com utilização da força física e barato é realizado por não-europeus (ou euro-americanos) da periferia. Do mesmo modo, tal processo é descrito por Álvaro Linera (2008) referindo-se aos países andinos do continente:

La manera en que esta arbitraria relación de dominación-explotación fue somatizada primero, y luego “naturalizada” fue a través del racismo. En toda la zona andina, la colonización estructuró dos repúblicas: la de indios y la de españoles; ambas con legislaciones separadas, pero también con funciones sociales diferenciadas: las tierras, el poder político, la cultura y el idioma legítimos, el control de las minas, las empresas y los negocios en manos de los españoles; en tanto que el trabajo servil, el tributo, la obediencia, el lenguaje proscrito, los dioses clandestinos y la cultura estigmatizada, en manos de los indios. La colonización de América, como toda colonización, fue un hecho de fuerzas que establece una división entre dominados y dominantes; pero con la diferencia de que la “naturalización” de este brutal hecho de fuerzas, su legitimación, su lectura y justificación se la hace a nombre de diferencia de culturas (“unas más aptas para el gobierno y otras para la esclavitud”); o a través de las religiones (“unas más civilizadas y otras profanas”); o a través de la diferencia de razas (“unas más humanas y racionales que las otras”). (Linera, 2008. Pp. 310-311).

A trecho de Mignolo (2007), anteriormente citado, permite ainda discutir os itens seis (06) e sete (07), na qual aborda o processo de liberalização dos investimentos estrangeiros no continente. Sabemos que antes das medidas/reformas elaboradas pelo Consenso de Washington os investimentos externos e voláteis sofriam restrições e estavam sujeitos a taxaço pelos respectivos países (Bresser-Pereira, 1991). Com a implementação das medidas/reformas tais ações protecionistas caíram por terra, transformando a América Latina em um alto receptor de capitais especulativos (Tavares e Melin, 1998). Tais ponderações não são somente fruto das reflexões do autor, mas são reforçadas pelo documento denominado Global Trends 2015 elaborado pela CIA (Central Intelligence Agency – EUA), onde se conjuga a ideia de uma visão expressa pelos órgãos internacionais em relação ao continente:

Para o ano 2015, muitos países latino-americanos gozarão de uma prosperidade devido a expansão dos laços econômicos entre o hemisfério e o mundo, a revolução da informática, redução da taxa de natalidade, o fortalecimento das instituições democráticas favorecerá as aplicações e um aumento da confiança dos investidores. Brasil e México assumirão papéis protagônicos. Contudo a região ainda será vulnerável a crises financeiras devido a sua dependência das finanças estrangeiras e o prevalecimento de modos de produção pouco complexos (Mignolo, 2007, pp.118).

Com isso, (Mignolo, 2007; Grosfoguel, 2008; Quijano, 2005) descrevem os processos que envolvem a colonialidade do poder, denotando que a mesma maneira que os projetos de implantação de modelos desenvolvimentistas, na qual atrelavam nações periféricas a necessidade de modernização e da construção do estado de bem estar social. As ideias neoliberais, expressas pelas prerrogativas do consenso de Washington, buscam inversamente desconstituir o programa de substituição de importações, reposicionando a região sobre a nova lógica do sistema-mundo, ou seja, o mercado como agente principal da organização social. Processos estes fundamentados na pretensa superioridade do saber europeu nas mais diversas áreas da vida, na estipulação da divisão internacional do trabalho, sendo estes elementos ímpares que remontam táticas surgidas no colonialismo e que se repetem sob a forma da colonialidade do poder no sistema -mundo colonial/moderno.

Colonialismo Interno e a Colonialidade do Poder

O conceito de colonialidade do poder é complexo, pois se refere a múltiplas e heterogêneas hierarquias globais de formas de dominação e exploração sexual, política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística e racial (Grosfoguel, 2008). Dentro desse processo que identifica a lógica do sistema-mundo moderno/colonial, outra possibilidade heurística se faz possível dentro das reflexões do grupo Modernidade/Colonialidade, isto é, a reprodução da opressão colonial entre nativos.

A presença de *criollos* descendentes de europeus em funções estratégicas no Estado, economia e cultura, é fato observável desde a vinda de portugueses e espanhóis ao continente, e a necessidade de povoamento e exploração da América Profunda (para além do Litoral). Com a vinda de negros para servirem como escravos, além de Guaranis, Charrúas, Mapuches, Aimarás, Aruaques, Incas, Maias dentre outros povos originários do continente latino-americano. Houve o estabelecimento de um outro padrão de dominação que Casanova (2006) denominou de colonialismo interno:

A definição de colonialismo interno está originalmente ligada a populações nativas que formaram parte, primeiro do Estado colonizador e depois do Estado que adquire independência formal. Os povos, minorias sofrem condições semelhantes às que os caracterizam o colonialismo e o neocolonialismo: (...) encontram-se em situações de desigualdade frente às elites das etnias dominantes e das classes que a integram; sua administração e responsabilidade jurídico-política concernem às etnias dominantes, às burguesias e oligarquias do governo central; não participam dos mais altos cargos políticos e militares; seus direitos, sua situação econômica, política social e cultural são regulados e impostos pelo governo central; em geral os colonizados no interior de um Estado-Nação pertencem a uma “raça” distinta da que domina o governo nacional e que é considerada “inferior”. (Casanova, 2006 pp. 396).

O psicanalista antilhano Franz Fanon (1961 apud Casanova, 2006), em *Os Condenados da Terra* expõe tal preocupação, ao identificar que o maior problema está quando Estados libertados substituem os exploradores estrangeiros por exploradores nativos, tal padrão é observável na América Latina desde a situação colonial. O consenso de Washington representou uma repetição deste padrão, em que as chamadas elites intelectuais, econômicas e políticas da região se reuniram na capital dos Estados Unidos da América para discutir medidas normativas para a macroeconomia do continente. Sendo estes “competentes” para tomar uma posição que contemplasse uma reestruturação produtiva de trabalho, renda e moradia, para um todo heterogêneo de etnias, cosmologias e modos de vida.

A partir disso, pode-se refletir sobre a implementação das medidas, pois como é sabido, a partir do Consenso de Washington, houve um redimensionamento da questão da terra, com a expansão do *agrobusiness* e da pauperização do trabalho e condições de moradia nos centros urbanos (Benetti, 2003; Dal Molin, 2008; Feijó e Oreiro, 2008; Bresser-Pereira, 2006). Todavia, é percebido um latente desencaixe das adoções normativas, e a recepção das referidas mudanças em diversos movimentos que se espalham pela América Latina. Por exemplo, no Paraguai há constantes conflitos entre indígenas, paraguaios sem-terra contra “brasiguaios” que possuem grandes latifúndios de plantação de soja e de criação de carne bovina na fronteira Brasil-Paraguai⁶. Conflitos semelhantes identificados ao sul do Chile que redundam em confrontos entre a população indígena Mapuche e proprietários de terra. Na

⁶ Mais informações em: http://noticias.terra.com.br/brasil/crise-no-paraguai-expoe-conflito-entre-sem-terra-e-39brasiguaios39_cb62dc840f0da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html

Argentina o movimento *de los piqueteros*⁷ surgido como forma de protesto à democracia local, e posteriormente aos ajustes neoliberais, que promoveram desemprego e precarização do trabalho. Igualmente, o “*Ya Basta!*” do Movimento Zapatista⁸ no México, contra políticas neoliberais, pró-NAFTA, se propondo a discutir a questão da terra e dos indígenas naquele país, dentre outros exemplos possíveis.

Sob este enfoque, o que há é uma resignificação do domínio colonial, em que os subalternos (vale a pena frisar constituem a grande massa do continente), estão à margem dos processos decisórios; suas vidas, repertórios, crenças e cosmologias devem adequar-se às decisões de outros. Em suma, os saberes subalternos são excluídos, omitidos, silenciados e/ou ignorados. Uma vez que não é levado em consideração, que as múltiplas etnias e populações que habitam o continente possuem uma relação distinta com a terra, isto é, serve para subsistência, para as comunidades, abastecimento de cidades, relações religiosas. Como afirma em entrevista a Revista brasileira Fórum, a líder Mapuche Patricia Trancoso “gostaria de dizer que este conceito de “propriedade privada” foi trazido pelos europeus e enfiado goela abaixo. Para nós, a terra é e sempre será do povo, ela não tem dono”⁹. Como afirma Linera (2008, pp. 146) o Estado democrático liberal e a economia de mercado “se muestran como um conjunto de técnicas sociales, em gran parte burocráticas, que colonizan almas, que retueren hábitos y purgan conocimientos para imponer otros.

Convém lembrar, que o colonialismo interno em que elites *criollas* brancas decidem o melhor para o restante da massa subordinada, pode ser verificada independentemente da matriz ideológica a que se assentam os governos centrais. Neste caso (consenso de Washington), é clara sua filiação ao neoliberalismo, mas tais procedimentos de silenciar e particularizar as demandas subalternas, são encontradas em governos e movimentos à esquerda do espectro político. Segundo Grosfoguel (2009) e Casanova (2006) a temática da descolonização não encontra repouso sobre os paradigmas que sustentam a esquerda europeia e latino-americana. A tônica do debate da esquerda, sobretudo da América Latina, baseou-se na ideia de soberania dos estados nacionais. O que segundo Grosfoguel (2009) é uma ilusão, pois a periferia sempre esteve subordinada aos paradigmas liberais e marxistas. Em detrimento das abordagens fiduciárias do pensamento marxista, para Quijano (2005) e Grosfoguel (2003) a raça, a diferença sexual, sexualidade, espiritualidade e a epistemologia não são elementos que crescem às estruturas econômicas, mas sim parte constitutiva desse amplo pacote chamado sistema-mundo capitalista/colonial/moderno.

Sendo assim, é possível evidenciar exemplos de tais considerações, por exemplo, “no movimento sandinista da Nicarágua, liderado por elites brancas e mestiças, ao centralizar as relações políticas, culturais e econômicas, subordinou negros e índios da costa caribenha”(Grosfoguel, 2003, pp.162). Outrossim, o Estado Cubano na mesma situação, “hegemonizou o poder em torno de elites brancas no período pós-revolucionário, relegando aos negros e mulatos posições de poder ínfimas e não correspondentes ao percentual demográfico destes em Cuba, as continuidades históricas da colonialidade do poder em Cuba são maiores que as descontinuidades” (Grosfoguel, 2003. Pp.162). Percebemos que há uma reprodução na relação do Sandinismo com os índios misquitos, e do Estado Cubano para com os negros, e esse é o mesmo padrão de tomadas de decisão em vertical, que os intelectuais neoliberais da América Latina realizaram na adoção e consentimento das medidas do consenso de Washinton.

⁷ Mais informações em: <http://multitudes.samizdat.net/Piqueteros-Dilemas-e>

⁸ Mais informações: <http://www.rua.ufscar.br/site/?p=2538>

⁹ Mais informações em: http://www.revistaforum.net.br/conteudo/detalhe_materia.php?codMateria=9445/O%20fogo%20chileno%20contra%20a%20terra%20mapuche

Como já afirmado anteriormente, a proposta do Grupo Colonialidade/Modernidade, não reside em um grito de batalha em favor das identidades originárias e autênticas de nosso continente, conforme ressalta Grosfoguel (2008 pp.136):

Isto não é um apelo a uma missão fundamentalista ou essencialista de salvamento da autenticidade. Do que aqui se trata é de colocar a diferença colonial (Mignolo, 2000) no centro do processo de produção de conhecimento. Os saberes subalternos são aqueles que se situam na intersecção do tradicional e do moderno. São formas de conhecimento híbridas e transculturais, não apenas no sentido tradicional de sincretismo ou mestiçagem, mas no sentido das “armas milagrosas” de Aimé Césaire ou daquilo a que chamei “cumplicidade subversiva” (Grosfoguel, 1996) contra o sistema. Estas são formas de resistência que reinvestem de significado e transformam as formas dominantes de conhecimento do ponto de vista da racionalidade não-eurocêntrica das subjetividades subalternas, pensadas a partir de uma epistemologia de fronteira.

Por fim, refletir a descolonização das relações de dominação no Sul Global não implica a conquista ou tomada do poder, tal como supunha a emancipação socialista (Grosfoguel, 2009). Tendo em vista, que a colonialidade do poder é um processo mais profundo, pois demanda a desestruturação de uma teia de significados que vão além da orientação que as estruturas burocráticas político-econômicas venham a possuir. O projeto da descolonização parte do que Walter Mignolo denomina de pensamento de fronteira, pois constitui uma contrapartida epistêmica do lado subalterno ao projeto eurocêntrico. Ao ressignificar as categorias como cidadania, democracia, economia, direitos humanos, redefine tais categorias sob a ótica do oprimido e silenciado. Do mesmo modo, Grosfoguel (2008) aponta o movimento Zapatista (México) como um exemplo da construção do pensamento de fronteira, haja vista, que tal movimento não se construiu sob a égide do fundamentalismo antimoderno ou indígena. Antes, os zapatistas aceitam a noção de democracia, mas a ressignificam sob a cosmologia indígena local. Em Grosfoguel (2009, pp. 24), o autor enumera outras experiências, semelhantes ao Movimento Zapatista:

en el Medio Oriente que se articulan desde la cosmología islámica, movimientos indígenas en América Latina que se articulan desde cosmologías indígenas (tojolabal en el caso de los Zapatistas, aymara y quechua en Bolivia, quechua en Ecuador, la minga en Colombia con fuerte componente Nasa), y movimientos en Asia que piensan desde el budismo y el islam. (...)En la Palestina y el Líbano se articula una visión anti-imperialista crítica desde el Islam que se parece más a la teología de la liberación en América Latina con nociones como el Tawhid y la Sharia para pensar en democracias populares no consensuales (contrario a como se nos vende en la prensa occidental un voto por cada ciudadano y no una representación política a partir de identidades religiosas), críticas tanto del consumismo capitalista occidental como del militarismo sionista/imperialista.

Neste sentido, é possível examinar e identificar múltiplas experiências vindas desde o terceiro mundo, que constroem projetos de insurgência não somente anti-imperiais, mas descoloniais.

Considerações finais

É plausível atestar que o consenso de Washington representou uma estratégia exitosa dos centros de poder do mundo (EUA e União Europeia), de incorporação da América Latina¹⁰ ao Neoliberalismo. Decerto, que tal incorporação contou com apoio de líderes políticos, chefes de Estado e intelectuais de nosso continente. Os efeitos das medidas/reformas advindas das dez (10) prerrogativas listadas por John Williamson são conhecidos, isto é, o intenso uso da terra para a agricultura de exportação, a entrada e saída de capitais voláteis (especulativos), a desnacionalização de empresas estatais, a precarização dos postos de trabalho, dentre outros.

Desta feita, a contribuição de analisar este evento de maior grandeza (como já dito, a última grande intervenção estrangeira no continente desde o fim das administrações coloniais), sob o enfoque do projeto de pesquisa do Grupo M/C, é identificar através deste pacote de medidas a presença e permanência de estruturas de dominação entre centro e periferia do mundo. Em que, o estratagema do universalismo europeu empregado na colonização do continente americano ainda é presente, isto é, os povos do norte possuem maior avanço e são superiores aos povos do sul, que necessitam repetir o mesmo padrão de comportamento (social ou institucional) para alcançar o “progresso” do Norte. Do mesmo modo, realça o caráter racista da divisão internacional do trabalho, reforçado pelo consenso de Washington (povos do sul especializam-se em atividades sem valor agregado e intensivo no uso de mão-de-obra barata e insalubre), princípio este que é o articulador da subalternização, conforme Quijano (2005). Tais fatores agregados fomentam articulações e a produção de pensamento crítico por parte dos movimentos sociais latino-americano, em contrariedade as políticas neoliberais implantadas no continente. Não obstante, estes estão estruturados a partir de cosmologias não-ocidentais, “com o intuito de nos libertar das formas estreitas de pensar as relações coloniais, alçando possibilidades utópicas de concretizar o inacabado e incompleto sonho do século XX, que é a descolonização” (Grosfoguel, 2008 pp.128).

Referências Bibliográficas

- BALLESTRÍN, Luciana. O Giro Decolonial e a América Latina. **36º Encontro Anual da Anpocs**, 2012.
- BATISTA, Nogueira. (1994) O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Disponível em: http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf. Acesso em: set/out. de 2012.
- BENETTI, Maria. Boom exportador: ruptura ou continuidade do padrão de comércio brasileiro? Revista Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 75-88, jul. 2006.
- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. A Crise na América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal? **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, 21 (1), abril, pp. 3-23, 1991.
- _____. **Macroeconomia da Estagnação**: Crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994. Editora 34, 2006.
- CASANOVA, Pablo. Colonialismo Interno: Uma redefinição IN: BORON, Atilio et al (orgs). **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Clacso, 2006b.
- DAL MOLIN, Naiara. Sindicato e Estado no Brasil: **O sindicalismo no período populista e o Novo sindicalismo**. Editora Nova Prova, Porto Alegre, 2008.

¹⁰ Pelo menos grande parte dela, haja vista, que o Chile desde os anos setenta já implementara políticas econômicas e sociais neste sentido.

- ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**. Bogotá, Colombia, n.1, enero-diciembre de 2003.
- ESTEVES, Thiago. Integração regional na América Latina: da CEPAL ao Consenso de Washington. **Revista IDeAS**, v. 2, n. 2, p. 172-202, jul.-dez. 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. São Paulo, Editora Loyola, 1996.
- GROSGOUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, 2008.
- _____. Izquierdas e Izquierdas Otras: entre el proyecto de la izquierda eurocéntrica y el proyecto transmoderno de la nuevas izquierdas descoloniales. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.11: 9-29, julio-diciembre 2009.
- _____. Cambios conceptuales desde la perspectiva del sistema-mundo: Del cepalismo al neoliberalismo. **Revista Nueva Sociedad**. No. 183, Economía y desarrollo, Enero / Febrero 2003.
- LINERA, Álvaro. **La Potencia Plebeya: Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia**. CLACSO - Prometeo Libros, 2008. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/coedicion/glinera/>
- MALAN, Pedro. Uma crítica ao Consenso de Washington. **Revista de Economia Política**, vol. 11, nº 3 (43), julho-setembro, 1991.
- MANIFIESTO INAUGURAL. Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (orgs). **Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate**. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998.
- MENEGUELLO, Rachel; LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos Políticos e consolidação democrática: O caso brasileiro**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1ª Edição, 1986.
- MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2005.
- NAÍM, Moisés. (2000) **O Consenso de Washington ou a Confusão de Washington?** Disponível em: <https://woc.uc.pt/feuc/course/LRI/20082009/Naim%20%20Consenso%20de%20Washington.pdf>. Acesso em: set/out. 2012.
- OMAR, Jabr. O papel do governo na economia. **Revista Indicadores Econômicos FEE**, Vol. 29, No 1, 2001.
- OREIRO, José; FEIJÓ, Carmem. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 2 (118), pp. 219-232, abril-junho/2010.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- TAVARES, M. da C.; MELIN, L. E. Pós-Escrito 1997: **A reafirmação da Hegemonia Norte-Americana**. In Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização. Petrópolis: Vozes, 1998.
- VERISSÍMO, M ; MIRANDA, G; MIRANDA, A. (2007) **Ajuste neoliberal e a crise do estado: necessidade de se retomar a autonomia dos estados nacionais**. Disponível em: www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/AC04.pdf. Acesso em: set/out. 2011
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. Trad. Beatriz Medina; apresentação Luiz Alberto Moniz Bandeira. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WILLIAMSON, John. (2003) **Depois do Consenso de Washington: Uma Agenda para Reforma Econômica na América Latina**. Disponível em: <http://www.iie.com/publications/papers/williamson0803.pdf>. Acesso em set/out. 2012.